

A arquitetura como ferramenta social de inserção para imigrantes e refugiados em Videira/SC

La arquitectura como herramienta de inserción social para inmigrantes y refugiados en Videira / SC

Architecture as a tool of social insertion for immigrants and refugees in Videira / SC

Cleiton Grigolo¹
Inara Pagnussat Camara²

RESUMEN

El aumento de los flujos migratorios en el Medio Oeste de Santa Catarina es un indicador de cambios sociales hace algunos años. Procedentes de países como: Haití, Venezuela, Angola y Congo, los inmigrantes son recibidos en Videira / Santa Catarina sin infraestructura para su vivienda e inserción cultural, dificultando el proceso de adaptación y desarrollo socioeconómico. Demostrar la arquitectura como herramienta social insertiva es el principal objetivo de este trabajo, así como la búsqueda de respuestas en cuanto a habitabilidad, perspectivas de futuro, la infraestructura necesaria, la redefinición de métodos preestablecidos y cuestiones relevantes para el ámbito cultural y urbano. El complejo de inserción es un hipotético edificio que pretende apoyar a inmigrantes y refugiados con viviendas temporales, actividades y servicios alineados con su cultura, lengua y costumbres, posibilitando mayores condiciones de inserción en la sociedad receptora, buscando una arquitectura económica y justa, fomentando debates sobre inmigración.

Palabras clave: Migrantes. Arquitectura social. Ciencias Sociales. América Latina. Inmigración.

1 Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: grigolocleiton@gmail.com

2 Doutoranda em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura de Lisboa, Portugal. E-mail: inara.camara@unoesc.edu.br

RESUMO

O aumento dos fluxos migratórios no Meio-Oeste de Santa Catarina é indicador de mudanças sociais a alguns anos. Advindos de países como: Haiti, Venezuela, Angola e Congo, os imigrantes são recebidos em Videira/Santa Catarina sem que haja infraestrutura para sua habitação e inserção cultural, dificultando o processo de adaptação e desenvolvimento socioeconômico. Demonstrar a arquitetura como ferramenta social insertiva é o objetivo central deste trabalho, bem como, a busca por respostas referentes à habitabilidade, às perspectivas futuras, à infraestrutura necessária, a resignificação dos métodos pré-estabelecidos e à outras questões pertinentes aos âmbitos cultural e urbano. O complexo de inserção é uma edificação hipotética que pretende apoiar os imigrantes e refugiados com habitação temporária e uma gama de atividades e serviços alinhados ao seu desenvolvimento socioeconômico, cultura, linguagem e costumes, possibilitando mais condições de inserção na sociedade receptora, na busca por uma arquitetura justa e econômica, fomentando discussões sobre imigração.

Palavras-chave: Migrantes. Arquitetura Social. Ciências Sociais. América Latina. Imigração.

ABSTRACT

The increase in immigration flows to Midwestern Santa Catarina has been a clear indicator of social change in recent years. Originating from countries such as Haiti, Venezuela, Angola, and Congo, immigrants are arriving in Videira, Santa Catarina, without adequate infrastructure for housing and cultural integration, hindering their adaptation and socioeconomic development. This research aims to demonstrate the potential of architecture as a tool for social inclusion, seeking answers related to habitability, future perspectives, necessary infrastructure, the redefinition of established methods, and other issues pertinent to cultural and urban contexts. The proposed integration complex is a hypothetical building designed to support immigrants and refugees with temporary housing and a range of activities and services aligned with their socioeconomic development, culture, language, and customs, facilitating greater integration into the host society. This research seeks to promote a fair and economical architecture while fostering discussions on immigration."

Keywords: **Migrants:** Social Architecture. Social Sciences. Latin America. Immigration.

INTRODUÇÃO

A inserção social e a habitação são questões primordiais da arquitetura, senão as primeiras quando se pensa sobre as necessidades humanas. Como parte das ferramentas de desenvolvimento social, a moradia ocupa também a maior parcela do tecido urbano, responsável pela conexão entre a cidade e os indivíduos que nela residem. Ao adentrar em questões que abordam sobre a moradia, é de

caráter moral e humano que se coloque como prioridade o grupo de indivíduos que esteja mais fragilizado em uma perspectiva social, sem deixar que a discussão abrace de forma paralela a todos. Grupos como os imigrantes e refugiados de necessitam de melhor qualidade de vida, de estudos e pesquisas que os coloquem inseridos em uma sociedade mais justa e igualitária (Rolnik, 2015).

Pessoas sem moradia digna, em situação de extrema pobreza, indivíduos moradores de áreas periféricas ou irregulares, que não possuem acesso a segurança e saneamento básico, e também, indivíduos imigrantes e refugiados, os quais necessitam conviver com a pobreza e se adaptar a uma cultura diferente de suas origens, são exemplos de públicos em situação de fragilidade social. Estes últimos, imigrantes e refugiados, chegam ao país desempregados, economicamente destituídos pelos custos da viagem e fragilizados pela necessidade de migrar de seu país de origem (Ribeiro, 2018).

A inserção desses indivíduos na nova sociedade em questão é dificultada: seja pela incompatibilidade de idiomas na busca por empregos, seja pela falta de programas públicos ou privados de acolhimento e reassentamento, ou também pela falta de uma movimentação generalizada da sociedade na recepção dos imigrantes e de sua cultura, falta essa, potencializada em municípios de pequeno porte como Videira.

A imigração europeia no início do século XX foi decisiva e é de importância indiscutível para a criação e desenvolvimento da cidade de Videira. Contudo, é perceptível a necessidade da retomada das pautas sobre imigração no presente momento com uma mudança de protagonismo nos papéis dos agentes dessa continuação do processo migratório. Como citam Ferreira (2020), OBMigra (2016) e Mascarello et al. (2017) em seus trabalhos, atualmente os fluxos migratórios são geograficamente diferentes dos anteriormente citados, vindos principalmente da América latina (principalmente do Haiti) e do continente africano. Os novos imigrantes, como pode-se referir aos imigrantes da atualidade, buscam, essencialmente, melhores perspectivas econômicas e qualidade de vida, o que pode-se observar ao longo da pesquisa. Os indivíduos recebidos, tanto antes quanto agora, constroem a identidade cultural brasileira, compõem a nação e a história do país. A permuta de traços culturais, valores, conhecimentos, crenças e hábitos trocados entre diversos povos dentro do país são indissociáveis da cultura brasileira como um todo (Ferreira, 2020).

O Brasil recebeu na última década (até 2018) mais de 770 mil imigrantes e refugiados, principalmente pessoas advindas do Haiti e da Venezuela. Até chegar a este número, de 2000 até 2010, o crescimento percentual de imigrantes no país foi de 87%. Foram mais de 143 mil no primeiro ano da pesquisa contra quase 270 mil no último. As maiores cidades recebem grande parte destas pessoas, São Paulo por exemplo, teve um aumento maior que a média nacional: 117%. Contudo, o sul do país tem se colocado como a região que mais recebe imigrantes e refugiados, decorrente dos altos índices de desenvolvimento e das baixas taxas de desemprego em relação ao cenário nacional (Cavalcanti et al., 2019).

A cidade de Videira, Meio-Oeste do estado de Santa Catarina, recebe constantemente imigrantes de diversas nacionalidades, principalmente pessoas

vindas do Haiti, Venezuela, Angola e Congo. Estas, concentradas nos bairros mais centrais, procuram muitas vezes por habitar espaços próximos a outras de uma mesma nacionalidade, seja por uma questão de convivência, economia ou até por receio face à vizinhança desconhecida. Apesar de Videira possuir boas taxas de empregabilidade e bons índices de desenvolvimento econômico, ainda falta para a cidade infraestrutura habitacional de suporte, um local que possa acolher de forma salubre e proporcionar uma inserção gradativa dos novos indivíduos desta sociedade, lhes oferecendo apoio à moradia e adaptação cultural até que seja possível sua total instituição social.

O estudo sobre um complexo de inserção busca não somente instigar o apoio a narrativa dos imigrantes e refugiados na questão de habitação, mas também, oferecer ideias um complexo de atividades e serviços urbanos que juntos proporcionem um círculo completo na busca do desenvolvimento socioeconômico do público-alvo. Atividades e serviços estes relacionados à cultura e os costumes trazidos pelos imigrantes, possibilitando melhor qualidade de vida e condições dignas de moradia.

Os métodos utilizados nesta pesquisa podem ser descritos tanto quantitativa como qualitativamente. A análise quantitativa parte da avaliação de dados demográficos, econômicos e numéricos sobre a imigração brasileira, regional e municipal, bem como em pesquisa bibliográfica e digital, abrangendo diversas frentes sobre habitação, cultura, inserção e bem-estar social.

METODOLOGIA

Para aprofundar a compreensão da realidade dos imigrantes em Videira e a percepção da comunidade sobre esse tema, foi adotada uma metodologia mista, combinando entrevistas semiestruturadas e questionários. As entrevistas foram realizadas com representantes de instituições públicas, organizações da sociedade civil e líderes comunitários, para obter diferentes perspectivas sobre a questão da imigração em Videira. Os questionários foram aplicados a imigrantes de diferentes nacionalidades, buscando compreender suas experiências de chegada, desafios enfrentados, necessidades e expectativas em relação à cidade. Esse material foi produzido com o objetivo principal de avaliar padrões, escolhas e atitudes dos imigrantes e as opiniões sobre a presença destes na cidade, bem como, todas as possíveis ações já feitas pelos residentes para a inclusão das pessoas imigrantes.

Este formato metodológico permitirá a diversidade de perspectivas ao combinar opiniões de diferentes atores sociais, assim será possível construir um panorama mais completo da realidade da cena migrante em Videira. Os questionários permitiram a coleta de dados sobre o desenvolvimento social e econômico e as atitudes da população migrante, facilitando as análises necessárias para uma futura cristalização de diretrizes. Através desta metodologia de pesquisa, espera-se contribuir para um melhor entendimento dos modos da imigração em Videira, também identificar as principais necessidades dos imigrantes, as fragilidades do sistema atual, e propor ações e políticas públicas que promovam a inclusão e a convivência intercultural.

A INFLUÊNCIA DA IMIGRAÇÃO PÓS-GUERRA NA ARQUITETURA

Após o período de instabilidade diplomática e política que marcou a Segunda Guerra Mundial, a prioridade da política brasileira era reestabelecer as relações mais abaladas atraindo imigrantes com formações diversas para o Brasil. A atuação brasileira com os aliados marcou a continuidade de uma política externa que agiu na intenção de propiciar contatos externos, relações bilaterais, bem como, a presença em organizações internacionais. Em 1946, após a redemocratização do país, políticas de imigração expandiram-se com interesses nacionais voltados ao desenvolvimento econômico. Entretanto, a admissão de imigrantes no país era restrita a europeus, sendo esses trabalhadores rurais, técnicos ou operários que fossem qualificados, tornando indesejáveis aqueles que não cumpriam estes requisitos (Oliveira, 2013).

Na década de 50, acordos firmados entre o governo brasileiro e a Organização Internacional de Refugiados permitiram o encaminhamento de imigrantes europeus para diversos núcleos de colonização no Brasil, além da seleção de recém-chegados para o crescente parque industrial. O objetivo principal da política externa brasileira era participar de diversas propostas da comunidade Internacional, assim, além de contribuir na solução de um problema humanitário, o Brasil aproximava-se das formações e do trabalho dos imigrantes recebidos. Até 1951 mais de 25.000 imigrantes entraram no Brasil no período pós guerra provocando debates políticos no cenário nacional (Santos, 2018).

A movimentação migratória no terceiro decênio do século XXI só tende a aumentar se comparado com os anos anteriores. Já na década de 90, autores como Castles e Miller (1993) acreditavam que o mundo estaria vivenciando uma era das migrações. As principais razões que motivam os deslocamentos geográficos migratórios são geralmente questões econômicas, disparidades governamentais e problemas sociais. Se referindo às últimas três décadas, Uebel (2016), além das razões mencionadas, ainda cita conflitos étnicos e civis, desempregabilidade e desastres naturais como causas do processo migratório. A escolha do Brasil, na opinião do autor, se dá pela visão receptiva que exala, seja nas políticas de imigração ou em questões laborais e de assistência social. Imigrante é aquele indivíduo que é recebido em um país advindo de outro e geralmente está em busca de melhor qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico (OIM, 2019).

O Haiti foi o país que teve o maior salto. Na primeira década do presente século apenas 175 imigrantes haitianos foram registrados, entretanto, em 2014 esse número era de 20.108 indivíduos. Este aumento se deve a ocorrência de um terremoto no país em janeiro de 2010, que matou milhares de pessoas e causou diversos efeitos negativos ao país, social e economicamente. Estima-se que mais de um milhão de habitantes ficaram desabrigados. No Brasil se enxergou a oportunidade de recomeçar, a qual não foi proporcionada pelos países vizinhos. Esta é a maior imigração em massa no Brasil desde a imigração japonesa e italiana no começo do século XX. A tendência é que as imigrações continuem a aumentar seus índices, potencializando fluxos vindos da América Latina (Cavalcanti, et al., 2015).

No Brasil, a Lei Nº 9.474/1997 entende como refugiado aquele que “devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;” e também o que sofre com a “violação de direitos humanos” e “é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 1997).

Após vinte anos, a Lei Nº 9.474/97, mostrando-se insuficientemente atrasada perante as mudanças no cenário mundial acerca das migrações, recebeu como apoio a Lei de Migração Nº 13.445/2017, que dispõe de maneira atualizada questões mais amplas sobre o assunto. A inclusão laboral e social por meio de políticas públicas e o acesso igualitário do migrante a serviços sociais, bens públicos, moradia e direitos são atualizações importantes pontuadas na Lei mais recente (Brasil, 2017).

A lei de 2017 inova e reconhece o imigrante como um sujeito de direitos, busca combater a xenofobia e a não-discriminação, bem como o insere em diversos âmbitos e possibilidades no país. Estes ideais são o contraponto da lei antiga, que não contemplava artigos aquém da segurança nacional. A lei 13.445/2017 ainda reconhece a contribuição sociocultural e histórica dos processos migratórios do Brasil, modernizando sua recepção, seus direitos e deveres.

O Brasil faz parte de diversos tratados internacionais de direitos humanos, segundo o relatório de 2014 da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e integra também as principais convenções de refúgio (Cavalcanti et al., 2016).

OS DESAFIOS DA CIDADE

A falta de infraestrutura e de órgãos específicos para a questão migratória na cidade é a principal dificuldade que Videira pode enfrentar nos próximos anos. Como outras cidades, o aumento do número de imigrantes é uma certeza com o passar do tempo, assim, um planejamento estratégico é necessário para que as dificuldades não sejam potencializadas, tanto para os imigrantes quanto para os residentes. A inserção dos indivíduos na sociedade e no mercado de trabalho pode ser falha ou demasiadamente longínqua caso as ferramentas facilitadoras (como o ensino da língua portuguesa para não-falantes) não estejam disponíveis ou sejam pouco-acessíveis (OIM, 2019).

Em geral, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) prevê as necessidades básicas a que um indivíduo precisa para viver e desenvolver-se social e economicamente na sociedade moderna. Longe da realidade de muitos, as Leis, Normas e estratégias traçadas pelos governos são tentativas de diminuição dos índices negativos no Brasil. Essa responsabilidade sobre a cidade é democraticamente direcionada, sendo assim, esperada e exigida pela sociedade civil. Contudo, nem sempre seus impactos são suficientes ou benéficos, o que acaba exigindo mais esforços da parcela social mais debilitada (Brasil, 2001).

A presença crescente de imigrantes inicia a exigência por políticas específicas para seu atendimento. São necessárias formas criativas que busquem como principal razão a inserção desses indivíduos na sociedade e que o modelo “[...] se desmarque das posturas repressivas que reduzem a imigração a um fenômeno jurídico ou policial suscetível de repressão ou medo.” (Uebel 2016, p. 27).

Salingaros et al. (2020) apontam que, mesmo com toda a atenção e conhecimento, projetos e construções sociais, em geral, ao redor do mundo, não têm aplicado o bem-estar do usuário como pauta principal. Apesar da facilidade com que isso pode ser pesquisado e aplicado, o bem-estar entra em detrimento perante à economia de materiais e a especulação imobiliária.

Segundo Salingaros et al. (2020, p.6), essa ideologia impede o desenvolvimento dos padrões urbanos e construtivos, o que é possível ser revertido através da educação e da informação. Os autores ainda pontuam que a vandalização das construções populares é mais frequente quando não há a sensação de pertencimento e a amigabilidade. Ainda, complementa:

A burocracia impessoal do governo nunca vai se incomodar em fazer um lugar vivo e humano, porque eles podem com muito mais facilidade seguir regras não-criativas de modulação e combinação mecânica. O grupo que constrói não é responsável: ele quer terminar o seu trabalho no menor tempo e com as menores alterações possíveis. Os residentes não são suficientemente poderosos para garantir um ambiente vivo. Na realidade da construção, um projeto requer um defensor com o poder de coordenar todas essas forças.

A inclusão social é um tema importante ao refletir sobre os fluxos migratórios, em suma, porque além do direito ao bem-estar social, caso essa inclusão não aconteça ou seja dificultada, os índices de desenvolvimento e as possibilidades de ascensão econômica são reduzidos. Essa inserção depende de estratégias políticas e da participação social, proporcionando a socialização. Como pontua Ferreira (2020), a força laboral gera a inclusão social, ela possibilita absorver conhecimento e gerar satisfação pessoal.

Salíngaros et al. (2019) explica que a falta de complexidade física não é o único problema dos projetos habitacionais atualmente, onde a complexidade social é maior e demanda mais funções do que o sistema projetual imposto pode oferecer. Ainda, descreve uma incompatibilidade nesta questão ao afirmar que:

[...] o tecido urbano é uma extensão da biologia humana, enquanto a construção planejada é uma visão artificial do mundo imposta pela mente humana sobre a natureza. O primeiro é cheio de vida, mas pode viser pobre e insalubre, enquanto o último é limpo e eficiente, mas estéril. (Salíngaros, Brain, et al., 2019, p. 7)

Os parâmetros sustentáveis que permeiam o equilíbrio social e ambiental de um empreendimento compreendem alguns itens como o planejamento sustentável da obra, o aproveitamento passivo dos recursos naturais, a busca pela eficiência energética, gestão da água e dos resíduos, a qualidade do ar, o conforto termoacústico, o uso racional de materiais e a preferência por produtos ecologicamente amigáveis, bem como durabilidade, modularidade e a possibilidade de reaproveitamento futuro (Klein, 2017).

A GEOGRAFIA DOS FLUXOS

A concentração de entrada no país dos imigrantes haitianos e venezuelanos, por exemplo, se dá, principalmente pelo Norte em direção ao Sudeste, mais precisamente, pelos estados do Acre e Amazonas, direcionando-se principalmente para São Paulo. Estes somam 90% do contingente de pedidos de entrada no país, demonstrando as viagens prioritariamente por terra (Cavalcanti et al., 2019).

Há uma grande discrepância entre os estados de entradas e os de real residência, dados estes, observados através dos registros ao estabelecimento da moradia. A maioria geral tem seu rumo direcionado ao Sudeste (principalmente para São Paulo) e para a região Sul do país, a qual entre 2011 e 2014, possuía 55% do total dos imigrantes haitianos inseridos no mercado formal de trabalho (Dutra, Almeida, et al., 2015).

A tendência migratória para o Sul também é uma inclinação à interiorização geográfica, como observado por Cavalcanti et al. (2016), as pequenas e médias cidades nos estados sulinos do Brasil oferecem melhores custos de vida e os serviços básicos, como aluguel e transporte são mais acessíveis. Além do chamariz da economia, outras vantagens também englobam as baixas taxas de violência e os bons índices empregatícios.

Segundo Ferreira (2020), de acordo com a Polícia Federal de Chapecó (cidade do Oeste de Santa Catarina), houve registros (atualizados em maio de 2019) de mais de dez mil estrangeiros residindo no Oeste catarinense. Infelizmente não é possível quantificar esses mesmos dados referentes à região Meio-Oeste e à Videira devido à inexistência de dados concretos ou de uma Delegacia da Polícia Federal, onde poderiam ser feitos registros desta sorte. A falta de registros na região denota a invisibilidade a que os imigrantes estão submetidos na esfera pública.

FACETAS DA INCLUSÃO

Com o aumento do fluxo de imigrantes na cidade, estes enfrentam certa dificuldade em sua instalação. Devido aos altos custos de aluguéis, os imigrantes são 'obrigados' a residirem em moradias coletivas, muitas vezes em número acima do realmente suportado pela edificação (Mascarello, Lunkes, e Casagrande, 2017). Videira, município do meio-oeste catarinense, recebe um fluxo constante de imigrantes devido a sua empregabilidade constante e economia pautada em três principais setores: indústria agropecuária, frigorífica e alimentícia, que corresponderam em 2017 a pouco mais de 8% do PIB total do município. A indústria de aves e suínos está presente em Videira desde a sua criação e vem figurando como principal destino laboral para os imigrantes que chegam à cidade (Sebrae, 2020).

A questão econômica parece ser o principal motivo da migração de pessoas para as pequenas cidades do sul do Brasil atualmente. Os recursos escassos dos imigrantes são investidos na viagem e pouco sobra para manter-se no país de chegada. Este padrão reflete a dificuldade nos primeiros meses consequentes. Os possíveis locais de moradia acabam por ser os de aluguel mais baixo e em zonas afastadas da infraestrutura urbana de suporte. (Cavalcanti et al., 2016).

Ao discutir questões referentes aos indivíduos humanos, é indispensável que se busque entender as diversas faces que constituem a sua existência em sociedade; quais as variantes que estabelecem os espaços sociais, as decisões, as trocas culturais, a inclusão e a exclusão. Ferreira afirma que, “estar incluído se refere ao desenvolvimento do senso de pertencimento, consciência e participação qualitativa tanto no âmbito social quanto político, econômico e cultural” (2020, p.17).

Uma das questões centrais quando se pensa na inserção de povos imigrantes em outra sociedade é a questão da linguística, ou seja, da capacidade de comunicação através da fala, escrita e das particularidades fonológicas da nova cultura a que esses povos serão inseridos. Cursos de língua portuguesa, ministrados de maneira voluntária sem qualquer custo para os imigrantes necessitados, consistem em uma das estratégias a que a sociedade receptora pode auxiliar na questão de inserção, a qual reflete também nos outros âmbitos tratados nesse capítulo. Essa estratégia, caso vinculada a uma Universidade, por exemplo, pode se utilizar dos trabalhos de extensão e estágio feitos à sociedade como ferramentas ao ensino da língua portuguesa, visto que, não é estritamente necessário a falantes nativos uma formação profissional em sua língua materna para que possam disseminá-la a terceiros (Dutra, Almeida, et al., 2015).

Cavalcanti et al. (2016, p. 133) complementa o argumento acerca da questão da linguagem de forma concisa quando exprime que:

[...] faz-se necessário que o acesso ao aprendizado da língua de acolhimento seja facilitado ao/à imigrante e que este se dê de forma holística e crítica, em um ambiente de acolhimento e hospitalidade. Para isso é imprescindível indagarmos quais são as necessidades linguístico-sócio-culturais dos/as refugiados/as e imigrantes para sua inserção na sociedade de acolhimento?

Desta forma, também é importante a conexão entre a sociedade receptora e os novos chegados através do conhecimento, o que pode, no mínimo promover a homogeneidade das relações interpessoais, como também, induzir à continuidade dos aprendizados de línguas por ambas as partes.

A questão cultural advinda dos povos migrantes é tão importante quanto sua adição ao mercado de trabalho brasileiro, mesmo que essa esteja muitas vezes invisibilizada. Instigar a produção cultural dos indivíduos imigrantes é valorizar a riqueza cultural que pode ser desenvolvida entre sociedade receptora e as culturas diversas. Essa visão é mais profunda do que somente a percepção comercial e laboral geralmente estabelecida para os migrantes (Ferreira, 2020).

A Organização Internacional para as Migrações (OIM), entende que a “promoção de festividades culturais é uma estratégia para promover a diversidade cultural, incentivar o acesso dos imigrantes ao espaço público, aproximar brasileiros das comunidades imigrantes e estimular diálogos interculturais” (2019, p. 18).

Outro meio de inserção que se mostra eficaz é o âmbito religioso, como aponta Cavalcanti et al., ao mencionar que existem frequentes “[...] declarações sobre o bom acolhimento oferecido pelas igrejas, e sobre o suporte ofertado por elas na vida cotidiana, alguns indicavam se sentir em família devido à atenção e cortesia dessas instituições” (2016, p. 18). Seja como uma forma de integração social ou até mesmo espiritual, é facilmente compreensível a importância a que muitos imigrantes possam dar aos locais de culto, estes, onde podem encontrar os conhecidos, fazer novos amigos (brasileiros inclusive) e se tornarem também locais de lazer. Assim, o principal motivo para a preocupação dos imigrantes com as aulas de português é a busca por empregos, e a intenção secundária, percebida de maneira lateral, é a possibilidade de encontrar em sala de aula com algum conhecido, amigo ou familiar.

A questão cultural, que ocorre com heterogeneidade de etnias em um mesmo espaço, requer adaptação tanto da cultura receptora quanto dos imigrantes. Ferreira (2020) explica diversos caminhos possíveis, descrevendo os imigrantes como não-dominantes (no contexto social quantitativo) e os moradores já estabelecidos, citam-se aqui como residentes. Quando o grupo dos não-dominantes opta por deixar sua cultura a parte e interage com outras culturas acontece o processo da assimilação, onde a cultura do local é recebida de maneira linear simples. Já quando os não-dominantes preferem por fazer a manutenção de sua cultura de origem sem interagir com outras culturas (e vice-versa com os residentes), dá-se a separação, onde culturas diferentes coexistem paralelamente sem integrar-se. E em uma terceira visão, quando acontece tanto a manutenção da cultura de origem quanto a recepção de novas culturas, por parte dos dois grupos, aí pode-se chamar de integração.

A QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR E DA MORADIA SOCIAL

Uma das intenções paralelas na pesquisa é questionar as perspectivas da arquitetura habitacional pré-estabelecida. Se busca também compilar parâmetros, visões e estratégias que colidam com o atual modelo de projeto e pensamento ao lidar com o tema ‘moradia social’. Ao primeiro momento, o termo já é associado por muitos de maneira ‘automática’, relacionando-o a modelos padronizados, economicamente fadados ao mínimo e geralmente desprovidos de áreas verdes e de lazer, o que colabora para a visão que preconceitua este tema dentro da área da arquitetura.

“As referências de produção de habitação da população de baixa renda no Brasil, em geral, apresentam baixa qualidade arquitetônica, urbanística e de construção” (Martins, 2019, p.17). Muito se deve ao receio organizacional dos órgãos públicos de fugir do padrão composto por blocos de prédios regulares ou das simplistas

formas ortogonais, creditadas por serem as únicas possibilidades na criação de habitações eficientes.

A imagética específica que o público geral tem da modernidade é fruto de um conjunto 'confortável' de ideias e inspirações repetitivas que caminha junto dos profissionais da construção e da arquitetura em geral, visões essas, corroboradas pelas mídias sociais a caírem nos gostos invariavelmente influenciáveis dos residentes. Estes, que muitas vezes enxergam no 'neoclássico moderno' a única possibilidade de uma arquitetura bela e sinônimo de conquista (Salingaros et al. 2019).

Não existe um motivo para continuar projetando "habitação social" da maneira usualmente compreendida. Para Kellert et al. (2008), os conjuntos habitacionais devem se comportar como tecidos complexos e mistos no meio urbano, para que seja possível haver a integração saudável entre os diversos tecidos existentes com o 'novo'. A inclusão é a ferramenta chave para esse entendimento, visto que a pluralidade de funções dentro de um espaço é o motivo para que este se desenvolva, permitindo assim, que os indivíduos se conectem com o ambiente (Kellert et al. 2008).

Os anseios e objetivos dos imigrantes, independentemente da sua etnia ou nacionalidade convergem em um ponto:

[...] o bem-estar social destes e seus familiares correlacionados com o desenvolvimento sociocultural e crescimento econômico dos locais que lhes receberam, empregaram e acolheram. As relações oriundas das imigrações são, neste escopo analisado, recíprocas, positivas e enriquecedoras para ambos, imigrantes e sociedade, apesar das pontualidades negativas ainda preponderantes, tais como a xenofobia e racismo, e que devem ser combatidas, pelo bem do desenvolvimento comum e coletivo do país vis-à-vis suas ambições de inserção estratégica como um regional power. (Uebel, 2016, p. 27)

É possível elencar algumas características necessárias para habitações sociais que visem atender imigrantes e refugiados: Abrigos temporários, áreas/quartos compartilhados e também privativos, espaços de ensino de linguagem brasileira e de cultura dos próprios refugiados para a população residente, espaços públicos abertos/verdes e pontos comerciais (Mielke, 2018).

Ao aliar políticas urbanas, habitacionais e fundiárias pode-se viabilizar diversos meios para a habitação social no país. Rolnik et al. ainda critica os erros cometidos nos anos 60 e 70 no Brasil e propõe que devem existir novas iniciativas para enfrentar a demanda habitacional, onde seja compreendido que "a provisão habitacional não se resume a soluções quantitativas" e afirma que "é necessário possibilitar uma boa localização para os mais pobres na cidade", pois "existem diversos instrumentos urbanísticos que facilitam o acesso à terra bem localizada". E complementa citando a possibilidade de utilização de recursos públicos na construção de moradias em "zonas consolidadas e providas de infraestrutura" (2010, p. 13).

Além de questões de âmbito organizacional e social, Salingaros et al. (2019) demonstra estratégias que auxiliam subjetivamente a arquitetura no processo de inserção social. Reflete que a geometria, as formas, cores e texturas de uma

edificação, do lar, no caso, se relacionadas a natureza de alguma maneira, infligem em sensações de saúde e bem-estar. A este auxílio pode-se chamar: arquitetura biofílica.

Os espaços urbanos devem misturar-se ao meio-ambiente e não tentar substituí-lo. Nesta segunda hipótese, a arquitetura se torna hostil e causa distúrbios psicológicos ao longo do tempo, pois exclui o habitat natural do ser-humano. Esses conceitos também se interligam a noções de arquiteturas consideradas sagradas, não necessariamente pelos dogmas impostos a certa edificação, mas sim as sensações que a mesma emana através das suas formas, conjunturas e partidos (Kellert et al. 2008).

Philibert-Petit et al. aponta que a necessidade da ‘espiritualização’ no tecido urbano é inerente, principalmente preocupado com a alienação social em ascendência. Opina que:

[...] um sentido do sagrado está inerente em todas as habitações tradicionais, independente se suas origens. Em contraste, os dormitórios militares/industriais não são apenas rejeitados pelos seus ocupantes, mas são odiados, porque ninguém pode se conectar com as suas formas e imagens (2019, p. 7).

A tipologia de construção industrial, ou seja, um modo capitalistamente econômico, renega o ambiente natural, as plantas e os espaços abertos e permeáveis os reduzindo a mera ‘decoração’, passível de eliminação nos projetos habitacionais. Contudo, o autor entende que a saúde e o bem-estar humano só são possíveis na presença de agentes da natureza no entorno imediato, principalmente se tratando da moradia, arquitetura vivenciada na maior parte do tempo dos usuários. A biofilia, como é chamada essa conexão entre a arquitetura, o urbanismo e a natureza e aos entes vivos, é entendida como estratégia indispensável ao se pensar em qualidade arquitetônica e bem-estar social, bem como auxilia na sensação de conforto térmico e psicológico (Kellert et al. 2008).

É compreensível a dificuldade da sociedade com a arquitetura habitacional pré-estabelecida em padrões dogmaticamente capitalistas. A intenção da arquitetura, primordialmente, é promover a qualidade do espaço que será habitado, levando em consideração questões econômicas, mas sem que essas invadam os campos conceituais. A busca por novos métodos, técnicas e materiais são essenciais para a constância evolutiva do processo arquitetônico.

O espaço ‘sagrado’ nada mais é do que o espaço cívico que promove a materialização das sensações de bem-estar e a conexão entre os indivíduos na cidade. Philibert-Petit et al. (2019) complementa afirmando que:

Os lugares de reunião são importantes, mas a sua estrutura (e a sua relação com a estrutura social) é mais complexa do que a de simplesmente atuar como contenedora ou como oportunidade para as pessoas se juntarem. Nós precisamos prestar atenção aos padrões de interação nas cidades tradicionais assim como nas vilas e assentamentos tribais que são homogêneos em termos de classes. Esses padrões de interação são estruturalmente variados e não se trata apenas de coesão comunitária. [...] Um assentamento deve, acima de qualquer coisa, estabelecer algum tipo de estrutura sagrada que, de alguma maneira, possa conectar emocionalmente os residentes (Salingaros et al., 2019, p. 8).

Tanto os agentes econômicos quanto os sociais influenciam diretamente nos projetos, restringindo a liberdade de desenho. A padronização desencoraja o desenho individual, as suas formas e necessidades, bem como essas, paradoxalmente, inviabilizam projetos com baixo orçamento ou insuficiente. Assim, as habitações de baixa renda pouco conseguem adquirir da qualidade arquitetônica, acarretando em projetos artificiais e desumanizados.

Se as estratégias públicas que devem auxiliar e proporcionar pilares importantes na questão habitacional o fazem por questões políticas ou puramente lucrativas, desta forma, deixam de compreender que o desenvolvimento de todas as camadas sociais é a chave do desenvolvimento geral, influenciando a/o cidadã/o brasileira/o no acesso à educação, cultura, saúde e lazer.

Soluções projetuais que combinam métodos de industrialização da construção com elementos pré-fabricados são apontadas por Sanches (2015) como uma estratégia eficiente de desenho que emerge a partir de diversos arquitetos e estudiosos a partir do começo do século XX. Estratégias de autoconstrução são mencionadas como reforço ao apego pela obra, bem como, o resgate de técnicas e materiais antigos regionais, que revivem laços e sentimentos na comunidade.

A viabilização de diversos programas de habitação social no Brasil pode se dar, além de iniciativas públicas, através de programas autogestionários, agentes de Organizações Não-Governamentais (ONG's) e associações ou cooperativas. A principal intenção destes programas é transformar grupos socialmente marginalizados em sujeitos ativamente autônomos em sua própria questão de necessidade: a moradia; e, ainda, oportunizar o desenvolvimento humano através de estratégias socioeducativas (Bava e Pontes, 1996).

Outra possibilidade é que a “[...] iniciativa privada no Brasil tem grande potencial para apoiar a proteção e integração de refugiados no Brasil e no mundo, por meio de ações filantrópicas [...], que se alinham com o core business da própria empresa.” Complementa-se, afirmando que os imigrantes, quando inseridos de maneira adequada geram renda para a cidade em que vivem. Contudo, são necessárias ações que possibilitem esse cenário. (Mielke, 2018, p.66)

Numa cooperativa habitacional ou associação de construção comunitária, pensa-se junto, discute-se junto e, fundamentalmente, trabalha-se junto para conseguir um objetivo em comum para o grupo e para cada uma das famílias. [...] As associações populares discutem e aprovam seus estatutos, regulamentos de obras de convivência, organograma da obra, cronograma físico-financeiro e projetos arquitetônico-urbanísticos, baseados em propostas que são apresentadas pelas equipes técnicas nas diferentes instâncias das associações (assembleias, diretoria, comissão de obras ou outras comissões específicas). [...] As obras são totalmente geridas e executadas pelas associações, ou seja, elas se encarregam da organização dos trabalhos, contratação de mão-de-obra especializada, compra dos materiais e prestação de contas ao Agente Financeiro, atuando como agentes promotores do empreendimento. (Pessina, 1996, p. 10)

Mielke (2018) esboça um planejamento de autossustentação econômica, baseado na iniciativa pública através de uma licitação, com incentivos fiscais além dos valores de contratação da obra. A edificação geraria sua própria renda ao possuir espaços comerciais alugados pela entidade responsável. Esses espaços poderiam

aproveitar-se de produtos feitos pelos próprios imigrantes e refugiados (como artesanato e comidas típicas) para gerar seu sustento e ainda inserir a cultura advinda na sociedade receptora. Além disso, o empreendimento poderia contratar os próprios refugiados para manutenção e serviços, gerando renda dentro da comunidade e possibilitando que os mesmos encontrem um local apropriado para morar” (Mielke, 2018, p. 24).

Sobre os projetos de habitação para imigrantes e refugiados, em um cenário futuro onde há a diminuição ou até a cessão dos fluxos migratórios (o que vai na contramão das previsões atuais), é possível prever diversos usos em uma perspectiva de longo prazo. Os complexos habitacionais, como um projeto pluralizado, podem vir a servir como albergues com salas de aula para pessoas desabrigadas; também podem tornar-se escolas profissionalizantes para pessoas de baixa renda ou moradoras de rua, abrigando-os à noite e oferecendo aulas durante o dia, possibilitando seu reestabelecimento na sociedade e no mercado de trabalho; e ainda, como hostels, aproveitando-se de seu plano de necessidades para oferecer hospedagem de baixo custo (Mielke, 2018).

ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS

Como outros autores previram em suas metodologias e pesquisas, OBMigra (2016) por exemplo, sugere que acessar o público alvo em busca de informações pertinentes não é uma tarefa fácil. Devido às diversas dificuldades sociais a que os imigrantes enfrentam desde sua chegada, ao não domínio total da linguagem e, principalmente à sua fragilização (como sociedade num todo) com a questão pandêmica que se vive atualmente, os questionários (mesmo com muitas dificuldades para serem respondidos) se mostraram a melhor forma de obter informações de caráter investigativo no momento. Direcionados amplamente aos imigrantes, os questionários buscaram angariar informações diretas e pertinentes à compreensão de dados faltantes no âmbito local. Organizados em três linguagens: português, espanhol e haitiano, este conjunto de questões tem como objetivo abrangerem todos os envolvidos democraticamente e em concordância com as normas da OMS (Organização Mundial da Saúde) para distanciamento social durante a pandemia de Covid-19.

As entrevistas, organizadas com agentes da sociedade videirense intimamente ligados com a questão da imigração, demonstraram perspectivas esclarecedoras e potencialmente engrandecedoras para os objetivos dessa pesquisa. Ao longo desse trecho da pesquisa serão pontuados importantes visões, opiniões e acontecimentos angariados pelos processos metodológicos.

Haiti, Venezuela, Congo e Angola são, respectivamente, as nacionalidades que são mais presentes em Videira. O maior motivo para o aumento do fluxo migratório na cidade é a oferta de empregos, bem como o custo de vida relativamente agradável e a tranquilidade de uma cidade de menor porte. A maioria dos imigrantes na cidade são os haitianos. Os homens possuem mais facilidade na busca por emprego e comunicação, enquanto as mulheres (em número semelhante), tem mais dificuldade na questão linguística e na efetivação da sua jornada laboral. O

motivo principal dessa questão é provavelmente a questão religiosa e cultural, onde a mulher ainda é, em muitos casos, submissa aos costumes e dogmas (C.P., 2021).

O Departamento de Ação Social de Videira, segundo F.S. (2021), oferece diversos serviços aos imigrantes chegados ao município, principalmente relacionados a documentação, como a atualização da carteira RNE (Registro Nacional de Estrangeiro), renovação protocolo de residência e da solicitação de refúgio. Segundo C.P. (2021), muitos imigrantes chegam à cidade com esses documentos vencidos, e para atender à demanda, o Departamento busca também auxiliar os imigrantes no atendimento online. Outro atendimento feito no Departamento é o auxílio ao cadastramento em programas sociais federais como o Cadastro Único e o Bolsa Família. Os imigrantes podem cadastrar-se a esses programas, porém, seus auxílios serão avaliados nos mesmos critérios a que são os residentes brasileiros, sem que haja um programa específico para este fim.

A demanda de imigrantes nos últimos dois anos aumentou consideravelmente em Videira, potencializando os serviços prestados no âmbito da ação social. O sistema de dados do Departamento de Ação Social é simples e objetivo, porém, limitado. Foi possível extrair que entre 2016 e 2020, 519 estrangeiros foram atendidos, entretanto, sem que houvesse dados filtrados por idade, nacionalidade, gênero e etnia. Nem todos os indivíduos imigrantes e refugiados procuram atendimento por este não ser obrigatório, assim, este número é provavelmente maior (F.S., 2021).

A maior dificuldade sentida pelos profissionais da área de ação social é a falta de compreensão linguística, o que dificulta todo o processo de recepção, atendimento e informação. Alguns imigrantes já possuem certo domínio sobre a língua portuguesa, entretanto, este não é um padrão recorrente, sendo que a maioria chega até o município sem conseguir comunicar-se em português. Essa questão poderia ser sanada caso houvesse a disponibilidade de profissionais bilíngues, trilingues ou políglotas, que agilizariam os atendimentos e facilitariam processos evitando erros de comunicação (C.P., 2021).

Outra dificuldade é a falta de capacitação dos profissionais para compreensão do sistema utilizado para cadastros e registros, que segundo F.S. (2021) já foi feita, porém, de maneira breve. Houve a alguns anos na cidade de Videira um projeto para capacitação de profissionais e a criação de um órgão municipal, porém, a entrevistada menciona que não teve mais notícias sobre este ultimamente.

F.S. (2021) afirma que a maior parte dos imigrantes está empregada na cidade, tendo mais dificuldade aqueles recém-chegados que podem levar algum tempo até firmar-se no mercado de trabalho local.

Sobre a habitação, a principal questão é a coletividade de moradias, contudo sem que estas sejam necessariamente coletivas. Essa fragilidade da escolha habitacional gira em torno de três âmbitos: econômico, cultural e de segurança. Por chegarem ao país em condições economicamente desfavoráveis, os custos em moradia são divididos quando se opta pela coletividade, contudo, além da economia, o bem-estar, o lazer e a privacidade também são direitos daqueles que

moram. Já a perspectiva cultural mostra-se heterogênea em certos pontos, sendo o “coletivo habitacional” o local da perpetuação privada dos seus costumes, sem que haja um compartilhamento entre as culturas. Por fim, a segurança é outra vantagem quando se opta pela coletividade, assim, ao estar “entre conhecidos” facilita-se em muito o processo de adaptação (C.P., 2021).

O centro da cidade oferece mais opções de moradias pequenas e próximas da infraestrutura e do comércio. É provável que estas características sejam importantes no momento de escolha de residência pelos imigrantes, pois a maioria se concentra nos bairros centrais de Videira.

C.P. (2021) afirma que o custo da viagem é a maior dificuldade de saída do seu país de origem, e que o apoio dos familiares ou parentes que já residem no Brasil é essencial para a efetivação dos novos imigrantes. O regresso, segundo F.S. (2021) é praticamente inexistente, pois no Brasil as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico são maiores e mais sólidas. Ainda, pode-se pontuar o auxílio da população videirense para estas pessoas o que caracteriza o acolhimento mencionado nas entrevistas.

Em entrevista com M.F. (2021), pontua-se que diversas iniciativas estão partindo da população catarinense para o suporte a imigrantes e refugiados. Essas iniciativas, principalmente derivadas de grupos religiosos buscam dar apoio às demandas necessárias, seja no âmbito psicológico, econômico, laboral ou educacional. Nem todas os grupos de apoio formados permanecem ativos, não pela diminuição da necessidade, mas pela falta de interessados na participação. A inclusão social pela educação e pelo trabalho é principal propulsão para pesquisas e para organizações desse âmbito. O motivo inicial do fluxo migratório é a questão laboral. Segundamente, a educação entra em cena para possibilitar a inclusão no mercado de trabalho e na comunicação social em geral. Após essas questões, a cultura é citada como um fator de direito fundamental, atualmente invisibilizada pela falta de infraestrutura para sua manutenção.

Atualmente, é possível perceber certo avanço na questão habitacional para muitos imigrantes, porém, a maior dificuldade acontece no período de recém-chegada. A moradia coletiva nem sempre é uma escolha, em muitos casos é uma necessidade, seja econômica ou social. A proposta de um espaço que ofereça habitação e infraestrutura de apoio à cultura, educação e que proporcione dignidade é essencial e necessária segundo M.F. (2021). Um ponto importante a ser combatido é o apagamento da cultura advinda, que atualmente não existe na sociedade videirense e em muitos outros locais. A pluralidade étnica e geográfica no ensino e nas manifestações culturais é o motor que pode dar continuidade aos costumes, à história e aos fatores que constroem uma identidade cultural.

Sobre a questão habitacional, M.F. (2021) pontua que a maior dificuldade encontrada em sua trajetória é a das mulheres haitianas. Movidas pela mesma dificuldade econômica e limitadas pelas rédeas de uma cultura machista, muitas vezes encontram-se em situações precárias. A entrevistada aponta que os imigrantes sempre se acolhem entre si, mesmo que isso implique em um residências superlotadas (pois a situação de rua pioraria sua percepção pelos brasileiros). Neste cenário, houve denúncias de mulheres que se sentiram

obrigadas a manter relações com homens imigrantes, em que sofriam violência de gênero por não terem outra opção senão aceitar as condições em que se encontravam. Esses homens requeriam fidelidade e filhos em troca da moradia e do sustento. A entrevistada teve contato direto com diversas mulheres que sofreram neste tipo de situação. Assim, pode-se entender que o apoio necessário à população imigrante também é uma questão de direitos humanos, de dignidade e de integridade psicológica.

Uma questão dificulta as elaborações de projetos em geral é a falta de políticas públicas na região do Meio Oeste catarinense e a articulação dos próprios imigrantes em suas causas. As demandas partem na maioria das vezes pelos residentes brasileiros, que identificam os problemas e buscam respostas, somente vendo a questão externamente. Essa falta de articulação dos refugiados é uma resposta ao seu deslocamento, onde outras questões essenciais à sua sobrevivência acabam sendo alvo de sua atenção. Sobre a falta de políticas públicas, M.F. (2021) aponta as disparidades culturais e a falta de interesse do planejamento público na questão da imigração, onde os imigrantes são vistos como não merecedores de infraestrutura por não “pertencerem” a devido espaço. Sendo assim, muitas prefeituras recusam-se a atender essas demandas para não se tornarem apoiadoras do movimento migratório, reforçando estereótipos de segregação social e invisibilizando a causa dos imigrantes.

Religiosa e participante de um grupo de caridade, N.V. (2021) faz trabalhos de pesquisa, apoio em documentação, campanhas de agasalho e arrecadação de cestas básicas. Desde 2014 até a atualmente, aponta ter atendido cerca de 500 pessoas na região do Meio-Oeste catarinense. Em relação ao apoio a imigrantes, o grupo faz um cadastro aos recém-chegados e lhes proporciona os itens mais necessários à sua saúde e bem-estar, como cobertores, móveis, alimentos e auxílios em geral para sua adaptação.

Em 2019, a entrevistada descreveu que havia um grupo de professores voluntários que lecionavam aulas de língua portuguesa para os imigrantes na cidade de Caçador. Essa iniciativa precisou ser parada pela pandemia de Covid-19, pela dificuldade em continuar as aulas.

Sobre a questão habitacional, N.V. (2021) aponta a coletividade que já foi citada por outros autores e entrevistados. Os custos dos aluguéis são altos para o padrão de vida dos imigrantes e refugiados. Ainda, há casos em que os proprietários dos imóveis aumentam os custos dos aluguéis caso os moradores sejam estrangeiros, também criando limites e imposições especiais nos contratos de aluguel, geralmente ligados ao número máximo de pessoas. Alguns imigrantes recebem ajuda de familiares residentes em outros países para arcar com os custos de moradia.

Ainda, há que se comentar acerca dos costumes trazidos pelos imigrantes, e como eles os adequam à sua nova realidade. A festa da independência do Haiti é uma comemoração que acontece na cidade de Caçador anualmente. No primeiro dia de janeiro é comemorado pelos imigrantes haitianos (maioria na região Meio-Oeste) a libertação do povo dos escravistas franceses. Festas e comemorações típicas de culturas advindas devem ser incentivadas e devem servir como espaço de

aprendizagem de cultura para os residentes e para os descendentes das culturas em questão, mostrando as raízes e as tradições históricas e culturais (N.V., 2021). N.V. (2021) aponta as dificuldades laborais de muitos imigrantes: mesmo graduados, muitas vezes não tem sua profissão reconhecida no Brasil, restando empregos com menor remuneração (o que não é problema algum para os imigrantes, visto a sua necessidade) e com maior carga horária. Há empresas que relatam sua “sobrevivência” no mercado por causa da mão de obra imigrante, essencial quando a mão de obra existente/residente não é suficiente ou especializada.

Diversos imigrantes já na região a alguns anos conquistaram sua estabilidade econômica, conseguindo arcar com os custos de seu transporte, habitação, criar pequenos comércios, investir em educação superior e em diversos aspectos necessários ao desenvolvimento social e econômico (N.V., 2021).

A Central de Integração ao Imigrante de Videira iniciou suas atividades no dia 10 de maio de 2021. Segundo A.B. (2021), o projeto começou em 2019 com a iniciativa do poder público da cidade, bem como, com uma parceria da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). A Central seria implantada na cidade em 2020, porém, com os acontecimentos da pandemia de Covid-19, o projeto precisou ser adiado.

A instrução normativa municipal ainda é recente. Neste documento, segundo A.B. (2021), será possível criar conexões entre as empresas e os órgãos municipais na questão migratória, auxiliando principalmente na questão laboral e nos serviços básicos. O cadastro municipal é essencial para o respaldo à criação de políticas públicas para os imigrantes.

A UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina) auxiliou no projeto buscando estratégias para o ensino de língua portuguesa. Algumas indústrias videirenses que empregam imigrantes estão sendo contatadas para criar relações comunicativas entre os novos chegados e o Centro do Imigrante, auxiliando-os em processos cadastrais e documentos que permitam que os imigrantes tenham acesso a serviços essenciais na cidade (A.B., 2021).

Diferentemente dos dados apontados pelo Departamento de Ação Social, o Centro do Imigrante aponta dados quantitativos através do sistema de saúde municipal. Existem aproximadamente 991 imigrantes cadastrados no sistema, porém, esta informação está desatualizada devido a três fatores: aqueles imigrantes que estão na cidade e não possuem cadastro; aqueles que possivelmente foram cadastrados como brasileiros em serviços emergenciais; e também aqueles que já não são mais residentes na cidade de Videira. Assim, é possível dizer que as informações quantitativas municipais sobre os imigrantes estão desatualizadas, entretanto, com as diretrizes e estratégias traçadas pelo Centro, estes dados futuramente estarão acertados (A.B., 2021).

Os atendimentos no Centro de Imigrantes geralmente acontecem em grupo, pois os imigrantes/refugiados procuram vir acompanhados de pessoas que falam a língua portuguesa. Contudo, diferentemente do Departamento de Ação Social – onde aconteciam todos os atendimentos e cadastros de imigrantes anteriormente – o Centro de Imigrantes conta com profissionais políglotas, o que facilita a comunicação e o acesso à informação (A.B., 2021).

A.B. (2021) comenta sobre a questão habitacional apontando que há certo receio por parte das imobiliárias de alugarem seus imóveis para pessoas imigrantes, principalmente devido à 'incerteza' do pagamento, fazendo com os imigrantes somente consigam alugar imóveis de maneira direta com os proprietários. Dessa forma, a questão habitacional fica defasada, a oferta de imóveis é diminuída e a alta densidade habitacional fica conseqüentemente inflada.

L.F. (2021) menciona que já houve uma intenção do setor privado de criar um abrigo em um terreno de propriedade pública cedido à comunidade de Santa Lúcia em Videira. O terreno em questão possui atualmente um pavilhão de apoio à Capela de Santa Lúcia. A principal motivação do uso deste espaço seria a proximidade de grandes indústrias na cidade, facilitando a conexão do módulo habitacional com o possível emprego dos imigrantes.

Para alcançar as respostas do público-alvo, o autor buscou compartilhar o questionário por meios digitais com a comunidade científica local, com a comunidade em geral e com o setor de recursos humanos de quatro grandes empresas privadas da cidade (conhecidas publicamente por contingente de funcionários imigrantes). As empresas 1 e 2 receberam o questionário e afirmaram terem intenção de contribuir com a pesquisa; A empresa 3 recebeu o questionário, porém não se mostrou na intenção de colaborar com a pesquisa; A empresa 4 informou que não possuía grande quantidade de funcionários imigrantes e por esse motivo recusou-se a receber o questionário.

A pesquisa realizada de forma online através da plataforma Google Questionários coletou respostas de 58 imigrantes e refugiados residentes na cidade de Videira (entre o período de março e maio de 2021). Referente ao número total de imigrantes registrados mencionado pela gestão municipal (519), esse montante representa cerca de 12% do total de refugiados cadastrados no sistema do Departamento de Ação Social de Videira, como consta no capítulo referente às entrevistas, ou seja, um número semelhante ao estimado de imigrantes recebidos na cidade em um período de 6 meses.

Dados básicos são importantes nas definições das necessidades básicas do público para com o projeto. Assim:

- Quase 80% dos participantes mencionaram o Haiti como país de origem (outros 13,8%, Venezuela);
- 70,7% declararam-se do sexo masculino;
- 89,7% dos participantes possuem idades entre 21 e 30 anos, estando no país entre 2 e 5 anos a maioria (44,8%);

O maior motivo para a imigração, segundo o questionário, é a busca por uma vida melhor com mais oportunidades (60,3%) seguido por necessidades laborais não atendidas no seu país de origem, com percentual de 43,1% dos respondentes. Confirmando as teses de outros autores citados na pesquisa anteriormente: 74,1% dos participantes descrevem problemas de comunicação como dificuldades imediatas à chegada; 44,8% relatam dificuldades de entrar no mercado de trabalho (principalmente mulheres); e 32,8% apontam problemas como moradia e renda.

Sobre a perspectiva futura dos imigrantes na cidade, a maioria (29,3%) diz que 'não sabe' sobre seu planejamento em Videira; outros 24,1% planejam ficar por mais dois anos. De todos os participantes, mais da metade apontaram que bons empregos e uma boa renda garantiriam sua estadia na cidade e que a falta destes, bem como, moradia, seriam motivos de uma nova migração. Pouco mais de 65% dos que responderam à pesquisa afirmaram ter chegado sozinhos ao Brasil e 24% afirmam ter recebido apoio de programas municipais e da população videirense. Na questão cultural, 43,1% afirmam que a sua cultura é muito diferente da cultura de Videira, 27,6% não se sentem confortáveis ou bem-vindos a reproduzir sua cultura de origem na cidade e 31% relatam não ter pensado sobre essas questões. Podemos perceber o vazio que se cria sobre a questão cultural da população imigrante quando as políticas públicas e privadas não visam atender além das demandas laborais.

O Participante 1 contribuiu com um comentário afirmando que a comunidade videirense em geral o recebeu muito bem e que o clima foi uma das maiores dificuldades para ele, bem como, conseguir emprego, principalmente para as mulheres imigrantes. Já o Participante 2 comentou que houve dificuldades linguísticas e laborais inicialmente e por fim se sentiu satisfeito que pesquisas estejam sendo feitas sobre a questão migratória.

Desta forma, pode-se entender que os cidadãos imigrantes em Videira se sentem bem recebidos de maneira geral e que apesar de encontrarem certas dificuldades, podem sanar problemas laborais e econômicos de maneira gradativa. Contudo, tendo em vista que a vida moderna se faz de um conjunto de fatores culturais, econômicos, familiares e interpessoais, apenas a solução laboral não afirma de maneira integral as expectativas e necessidades dos imigrantes e refugiados, mesmo que parte desses não tenha conhecimento destas possibilidades.

AS NECESSIDADES DE UM COMPLEXO DE INSERÇÃO

Uma gama de serviços e utilidades deve existir em um complexo de inserção para que ele atenda às necessidades básicas do público a que se propões ser alvo, mas também, às demais necessidades que façam cumprir uma proposta arquitetônica coesa e que proporcione pertencimento, conforto e cidadania.

O programa de necessidades para um complexo que desempenhe tais funções poderia dispor de:

- Um setor habitacional temporário, que disponha de unidades habitacionais com layouts diversos, incluindo unidades para pessoas com deficiências físicas;
- Um setor de cuidado infantil, que permita que os pais de crianças imigrantes possuam jornadas laborais noturnas (muito comum nas áreas empregatícias da cidade de Videira);
- Um setor educacional e cultural que seja coletivo, que possua espaços de aprendizado da língua portuguesa e outras línguas, também,

que disponha de ateliês para artes e manutenção de cultura, salas de conferência, salas de informática e outros ambientes que permitam apresentações musicais, de dança e outras práticas;

- Um setor comercial, onde artesanatos, acessórios e outros itens possam ser comercializados pelos imigrantes para auxiliar em sua renda e do complexo;
- Um setor coletivo que disponha de cozinha coletiva, refeitório e um espaço multiuso amplo, permitindo a interação entre os residentes do complexo;
- Um museu da imigração, espaço destinado a exposições e recepção do público geral, que conte também com um espaço separado destinado a práticas religiosas (gratuito, priorizando a individualidade e neutralidade);
- Também um setor administrativo e espaços externos, necessários à maioria dos programas de necessidades que exijam espaços de planejamento, organização e lazer.
- O programa proposto visa dar proporção às necessidades do público alvo. As propostas expostas buscam atender a demandas periódicas, tendo em vista o caráter temporário das moradias do complexo, exceto em espaços considerados públicos. O programa foi construído com base nas necessidades e possibilidades explanadas ao longo do trabalho. Podendo ser ampliado ou reduzido conforme o local escolhido para implantação do complexo.

Assim, pode-se perceber que os setores: educacional, cultural, coletivo, comercial, administrativo e de cuidados infantis não sofreriam grandes mudanças no quesito unitário ou de dimensionamento quando relacionados aos sítios de implantação. Já o setor de habitação é o que mais sofre com a variação de unidades, tendo prontamente duas frentes de interpretação: a quantidade de unidades definida por demanda migracional, ou a quantidade de unidades definida a partir do espaço disponível no sítio de implantação, tendo neste segundo plano, uma quantidade mínima de unidades para atender a pelo menos metade da demanda anual de imigrantes na cidade de Videira.

Por hora, é possível descrever duas situações hipotéticas: na primeira, o Complexo seria equipado com uma quantidade de unidades que atende a demanda de 100% dos imigrantes chegados à cidade em um ano (esta demanda ainda não é um dado concreto, visto que Videira não possui um censo sobre a situação migratória), neste caso, o Complexo atenderia a demanda enquanto o fluxo migratório permanecesse intacto (o que vai na contramão das projeções de diversos autores e organizações), e “resolveria” a questão por certo período, porém, com um custo maior de construção, bem como, uma grande concentração de imigrantes em um só espaço, indo na contramão da proposta principal do trabalho, a inserção. Em uma segunda hipótese, o Complexo seria equipado com diversas unidades habitacionais que resolveriam parte da demanda, atendendo cerca de 50% dos imigrantes e refugiados necessitados. Neste segundo caso, grande parcela do público-alvo não seria atendida no primeiro momento, porém, a discussão e as estratégias não estariam findadas ao término da construção, forçando a necessidade da existência de outros Complexos semelhantes, para que a demanda fosse atendida de maneira gradual e crescente, gerando debates, construindo ideias e inserindo outras edificações de mesmo uso e identidade própria em diferentes comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos desenvolvidos neste trabalho possibilitaram compreender as questões da imigração sob diversos ângulos. Pode-se evidenciar que o diálogo e as pesquisas sobre temas referentes a imigrantes e refugiados vêm sendo tratados mais amplamente em âmbito nacional, no direcionamento das diretrizes abrangentes sobre o tema. Entretanto, o mesmo ainda não se repete nas escalas estadual, regional e municipal, visto que, em geral, tanto as pesquisas acadêmicas quanto os dados demográficos deste público não são ainda efetuados e registrados de uma maneira linear, frequente e eficiente. Há trabalhos/empresas/órgãos pontuais na região do Meio-Oeste que caminham na contramão da visão generalizada, ou seja, dão visibilidade e apoio a causa da imigração, buscam compreender as dificuldades e fragilidades do sistema de recepção e mostram-se ativos na busca por sistemas e infraestruturas necessários e melhoradores.

Tão importante quanto as funções que o edifício exerce são as suas intenções, que neste caso, miram em questões de inserção, como:

- I. A sensação de proteção, visto que o público alvo do projeto vêm de situações de fragilidade social;
 - II. A sensação de visibilidade, importante para a sociedade receptora perceber a sua presença e construir pensamentos de respeito, cidadania e filantropia;
 - III. A valorização das diferentes culturas presentes, criando um círculo completo entre a cultura, o labor e o lazer;
- Além disso, o projeto criaria um aspecto de importância e conscientização para a arquitetura de caráter social, buscando mudar os estigmas estabelecidos e despertar nos expectadores e usuários da arquitetura presente a verdade sobre a natureza da maioria dos brasileiros e de suas famílias: a sua origem imigrante. Assim, o projeto se apresenta como uma retomada à realidade: O imigrante e o brasileiro, um reflexo pleno. O partido arquitetônico poderia se desenvolver em diversas frentes, demonstrando pontualmente as estratégias projetuais referentes ao conceito do complexo proposto:
- I. Criar conexões por meio de diretrizes projetuais, valorizando a coletividade dos espaços;
 - II. Propiciar espaços de comércio, de práticas culturais, de lazer, de apoio educacional e de habitação temporária;
 - III. Possibilitar as práticas religiosas, propiciando um espaço público, neutro e gratuito para esse exercício;
 - IV. Visibilizar as diferentes culturas presentes através de um espaço de exposição de arte e conhecimento;
 - V. Utilizar-se de características arquitetônicas de diversas culturas, reestilizadas em uma composição coesa e contemporânea;
 - VI. Fazer escolhas projetuais e de materiais que possibilitem do projeto ser repetido em outras regiões futuramente, não engessando suas diretrizes somente na cidade de Videira;

No desenvolvimento deste trabalho foi possível aprimorar diversos conhecimentos sobre arquitetura social, arquitetura habitacional e cultural, sobre investimentos dos setores público e privado nas causas sociais e seu impacto na economia, e ainda, como a arquitetura trabalha na questão insertiva, complementativa e na questão de pertencimento ao habitar. Também, deve-se destacar que foi possível evidenciar as fragilidades e problemas dos conceitos, métodos e práticas já estabelecidos e comumente utilizados em edificações de caráter social, além de explanar sobre métodos, práticas e sistemas que corroborem para uma arquitetura mais consciente, acessível e democrática.

As pesquisas em obras existentes, tanto internacional como nacionalmente, auxiliam no processo de compreensão da influência que o local tem sobre as edificações, não somente referindo-se ao sítio, mas também às perspectivas histórico-geográficas, socioeconômicas e político-ambientais. O desenho, as formas e as escolhas de uma arquitetura referem-se aos objetivos que certa edificação possui no tecido urbano: sejam formas interessantes buscando pela visibilidade a certa causa/espço; ou sejam altos muros e sítios escusos na vontade de ocultar ou postergar alguma conjuntura; a arquitetura é um reflexo político e humano da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bava, Sílvio Caccia e Pontes, Lúcia (1996). As ONG's e as políticas públicas na construção do Estado democrático. *Revista Serviço Social e Sociedade* 50, pp. 133-142.

Brasil (1997). Planalto. Lei Nº 9.474/1997. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm

Brasil (2001). Planalto. Estatuto da Cidade. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

Brasil (2017). Planalto. Lei de Migração Nº 13.445/2017. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm

Cavalcanti, Leonardo, Oliveira, Antônio, e Tonhati, Tânia (Orgs.) (2015). *A Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Brasília: Cadernos do Observatorio das Migrações Internacionais.

Cavalcanti, Leonardo, Tonhati, Tânia, Dutra, Delia, e Oliveira, Marcio (Orgs.) (2016). *A imigração haitiana no Brasil características demográficas na região sul e no Distrito Federal*. Brasília: Relatório, OBMigra;OIM; CNIg; CNPq, Ministério da Justiça.

Cavalcanti, Leonardo, Oliveira, Antônio, Macêdo, Marília, e Pereda, L. (2019). *Resumo Executivo. Imigração e Refúgio no Brasil*. A inserção do. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança pública / Conselho Nacional de Imigração e Cordenação Geral de Imigração Laboral.

Dutra, Delia, Almeida, Sandro, Tonhati, Tania, e Palermo, Gabrielle. (2015). Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro. *Cadernos OBMigra* 1(2), pp. 2359-5337.

Fernandes, Fernanda (2021). *Arquitetura no Brasil no segundo pós-guerra – a síntese das artes*. São Paulo: FAUUSP.

Ferreira, Mirian Gregori (2020). *Trabalho e educação no processo de inclusão social de imigrantes haitianos em Joaçaba e Herval D'Oeste* (Dissertação Mestrado em Educação). Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba.

Kellert, Stephen, Heerwagen, Judith, e Mador, Martin (2008). *Biophilic Design: the Theory, Science and Practice of Bringing Buildings to Life*. Nueva York: J. Wiley, Ed.

Klein, M. (2017). *Habitação temporária*. Florianópolis: UNISUL.

Martins, Lyzandra Machado (2019). *Direito à Arquitetura*. São Paulo: FAU-USP.

Mascarello, Thais. C., Lunkes, Rejane. B., e Casagrande, Juciele F. (2017). Habitações de interesse social para imigrantes haitianos na cidade de Chapecó-SC. *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Xanxerê* 2, e13749. Recuperado de <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/13749>

Mielke, Ana Paula (2018). UFRS. CARPA: Centro de acolhimento para refugiados em Porto Alegre, I, 66.

OBMigra (2016). *A imigração haitiana no Brasil: Características Demográficas na região Sul e no Distrito Federal*. Ministério da Justiça, Brasília. Recuperado de https://repository.iom.int/bitstream/handle/20.500.11788/1368/BRL-OIM_001.pdf?sequence=1&isAllowed=y

OIM (2019). *Indicadores da Governança Migratória Local*. Geneva: OIM e Prefeitura de São Paulo.

Oliveira, Ione. (2013). Imigrantes e Refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal.

Ribeiro, Ana Martins (2018). *Difusão de novo modelo de gestão migratória na América Latina: o papel das Organizações Internacionais e dos mecanismos de integração regionais* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

Rolnik, Raquel (2015). *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.

Rolnik, Raquel, Klintowitz, Danielle, Reis, Joyce, e Bishof, Raphael (2010). *Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa minha casa minha vida?* Brasília: Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Programas Urbanos.

Salingaros, Nikos. A., Brain, David, Duany, Andrés M., Mehaffy, Michael. W., e Philibert-Petit, Ernesto (18 de Março de 2019). Antipadrões da habitação social

na América Latina. *ArchDaily*. Recuperado de: <https://www.archdaily.com.br/br/913162/antipadros-da-habitacao-social-na-america-latina>

Salingaros, Nikos. A., Brain, David, Duany, Andrés M., Mehaffy, Michael. W., e Philibert-Petit, Ernesto (30 de Março de 2019). Habitação social na América Latina: biofilia, conectividade e espiritualidade. *ArchDaily*. Recuperado de <https://www.archdaily.com.br/br/913998/habitacao-social-na-america-latina-biofilia-conectividade-e-espiritualidade>

Salingaros, Nikos A., Brain, David, Duany, Andrés M., Mehaffy, Michael W. e Philibert-Petit, Ernesto (7 de Novembro de 2020). Conselhos práticos para o futuro da habitação na América Latina. *ArchDaily*. Recuperado de <https://www.archdaily.com.br/br/919958/conselhos-praticos-para-o-futuro-da-habitacao-social-na-america-latina>

Sanches, Debora (2015). *Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990 a 2012)*. São Paulo: PPGAU Mackenzie.

Santos, Amanda (2018). Política de imigração e colonização pós-segunda guerra mundial: práticas e debates nacionais sobre o comitê intergovernamental para as migrações europeias. Em *XVI Encontro Estadual de História – ANPUH RS*.

Sebrae/SC. (2020). *Videira: município em números*. Florianópolis: S. d. Catarina, Ed.

Uebel, Roberto Rodolfo (12 de Abril de 2016). Seminário "Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas". Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI, I(1), 29.